

CASSIANO RICARDO: O POETA E O POLÍTICO

Alessandro Santana Cunha¹

Literariamente, é inegável a contribuição do poeta Cassiano Ricardo, que esteve envolvido nos principais movimentos literários da primeira década do século XX. O que poucos sabem, no entanto, é que este intelectual demarcou inexoravelmente sua presença na política brasileira principalmente dos anos 20 ao 40, trabalhando ativamente para a construção de um governo fortemente centralizado, assim como foi o chamado Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 – 1945).

Como sabemos, Cassiano nasceu em São José dos Campos no ano de 1895, durante a infância estudando no Grupo Escolar Olimpio Catão, e na adolescência rumando para São Paulo e depois Rio de Janeiro a fim de cursar direito. Na então Capital Federal, possivelmente foi o período em que teve maior contato com a teoria positivista e com o estilo parnasiano. Da primeira, absorveu a concepção da sociedade como corpo social, bem como de que a sociedade e a história evoluem naturalmente, não cabendo intervenção nem ímpeto revolucionário de seus agentes, enquanto Olavo Bilac, grande incentivador do alistamento militar obrigatório e compositor de diversas marchas do exército brasileiro fora-lhe um grande modelo, não só como poeta, mas principalmente por seu civismo e sua atuação como intelectual envolvido nas causas políticas, como o “poeta soldado”.

O chamado de Cassiano Ricardo aos intelectuais a se engajarem nas causas públicas, na defesa da “originalidade da cultura brasileira” será uma tônica em suas obras, principalmente nos anos 30. Acerca deste intelectual engajado, Mônica Pimenta Velloso discorre:

De inimigo do Estado, o intelectual deve se converter em seu fiel colaborador, ou seja, ele passa a ter um dever para com a pátria. O nome de Olavo Bilac é constantemente mencionado como um exemplo a ser seguido pela intelectualidade, uma vez que teria colocado a arte e a cultura a serviço da nação. Preocupado com a “educação cívica e sentimental das massas”, este intelectual é alvo dos maiores elogios por parte dos ideólogos do regime. Defendendo o Exército como força educativa disciplinadora e elegendo o senso de dever e obediência como valores supremos da nacionalidade, a figura de Bilac é recuperada como modelo de intelectual brasileiro (Velloso, 2003: 155).

Na década de 1920, Cassiano Ricardo abandona o parnasianismo e adere ao modernismo. Em meio a toda heterogeneidade do movimento e suas diversas maneiras de compreender a realidade brasileira, se junta a Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, entre outros, no chamado “Movimento Verde-amarelo”. Importante notar que dentre as várias vertentes modernistas, esta era a mais conservadora, afirmando que o Brasil somente encontraria sua “verdadeira” identidade quando eliminasse toda influência européia, protegendo o chamado “tesouro da brasilidade”, ou seja, a originalidade e diversidade da cultura brasileira.

Desta forma, o movimento se imbuí da tarefa quase divina e apostólica de ser um verdadeiro guardião da “brasilidade”, pensando somente um governo centralizado e autoritário ser capaz de proteger nossas fronteiras “territoriais e espirituais”, visto que somente conseguiríamos “sentir nossa originalidade” quando não mais tivermos contato com as ideologias estrangeiras, que agiam como obstáculos para a afirmação da verdadeira identidade nacional.

Relevante ressaltar que Cassiano Ricardo e Plínio Salgado despontarão anos mais tarde como grandes teóricos autoritários, um militando no *movimento Bandeira* e o outro sendo o líder máximo da *Ação Integralista Brasileira*. Dois “projetos de nação” tão próximos, pois ambos eram críticos do sistema liberal e do comunismo, defendendo uma postura centralizadora para o país, e ao mesmo tempo tão combativos, chegando a ser inimigos políticos dentro do bloco autoritário.

A relação entre Cassiano e o fascismo, aliás, é algo inquietante. Isto porque um dos argumentos usados para acusar o “caráter fascista” do integralismo era que este seria uma cópia do modelo italiano, não sendo, portanto adequado aos problemas enfrentados aqui no Brasil. Em contrapartida, afirma que o *Bandeira*¹, ao contrário, teria como principal evocação o bandeirismo, a grande obra de originalidade brasileira, apontando algumas “diferenças radicais”. Argumenta ele:

Enfim, o integralismo é contra o voto, mas vota. É contra os partidos mas é um partido. É contra a democracia, mas só existe, por favor, da democracia. É contra a atual constituição, mas jura cumpril-a e fazel-a cumprir toda vez que algum dos seus adeptos toma posse de um cargo de eleição. É contra aquilo que chama “cadáver da Europa”, mas é europeu, porque é fascista. É contra o imperialismo estrangeiro, contra o capitalismo estrangeiro, mas alicia justamente os estrangeiros, alguns dos quais nem falam a nossa linguagem, para suas hostes. Enfim, é contra todos os atos que ele mesmo pratica. É e não é ao mesmo tempo. Entenda-se. (Ricardo, 1937: 228)

E continua:

[...] O integralismo é contra a liberdade individual, como acontece nos países de regimen totalitário; a “Bandeira” é pela valorização do brasileiro como individuo e como ser social; [...] o integralismo é contra a democracia, porque é pela ditadura; a “Bandeira” é pela democracia e mais propriamente por uma democracia social nacionalista [...]. (Idem: 233).

Contradições de ambos os lados a parte, não queremos de maneira alguma rotular Cassiano Ricardo como “fascista”, mas é interessante saber que este reserva um capítulo inteiro de *Brasil no original*, intitulado *Bandeirismo e fascismo*, somente para expor teorias que supostamente distanciariam um

¹ Movimento criado por Cassiano Ricardo em 1936.

movimento de outro. Segundo Velloso, “os verde-amarelos constroem uma ideologia nacionalista, baseada no culto extremado à Pátria e aos legados da tradição” (Velloso, 1983: 51), mostrando-se sempre fiéis às instituições conservadoras, e defendendo-as enquanto encarnação da tradição, que permite ao país retomar seu curso natural de desenvolvimento.

Portanto, percebemos a nitidez do centralismo e autoritarismo das propostas do movimento para o país. Nesta perspectiva, analisando a trajetória política de Cassiano Ricardo desde os anos 20 quando se insere no debate intelectual modernista aos 40, quando assume de fato a função de um dos principais agentes legitimadores do Estado Novo, observamos uma coerência e linearidade de seu pensamento, sendo desde o início defensor de uma política como a apresentada pela ditadura estadonovista. Repulsa aos “ismos” políticos estrangeiros sempre permearão seus escritos. Assim, para o “público contemporâneo, Cassiano é o poeta de *Martim Cererê*; para os críticos, um escritor modernista de importância histórica, e para os historiadores, um ideólogo estadonovista” (Moreira, 2001: 23).

Um dos frutos dessa experiência nacionalista é o livro *Martim Cererê: O Brasil dos meninos, poetas e heróis*, lançado em 1928 e com ilustrações de Di Cavalcanti, na sua primeira edição, onde em forma de versos, Cassiano narra a origem do Brasil, a partir da história do marinheiro branco Martim, que para ganhar o amor da índia Uiara, vai à África e traz a noite – os escravos, na analogia -, nascendo deste amor os Bandeirantes, que desbravaram os sertões, plantaram os cafezais e colocaram o país nos rumos do crescimento, tornando-se os grandes heróis do Brasil.

E como o marinheiro lhe houvesse
Trazido a noite a Uiara casou com ele;
Então... Nasceram os gigantes de botas.
Vermelhos, mamelucos, pretos e brancos; de
todas as cores.
Que sururucaram no mato...
E que foram fazer uma coisa e fizeram outra.
(Ricardo, 1974. p 45).

Muito sutilmente, Cassiano Ricardo lança o bandeirante como símbolo da nacionalidade, exemplo de “brasileiro” patriota e valoroso, disposto a doar sua vida pelo bem da pátria, maior contribuição dos paulistas para com o futuro grandioso do Brasil. Nas entrelinhas de seus versos encontramos uma proposta elitista de organização da cultura brasileira, louvando-se a gênese mestiça do Bandeirante – como a do próprio brasileiro – mas omitindo-se conflitos e contradições em nome de uma pretensa democracia racial.

Desta maneira, representando o Brasil como um menino, Cassiano Ricardo ainda faz referência não apenas a pouca idade da história brasileira, comparada aos países europeus, por exemplo, mas principalmente à sua imaturidade enquanto “nação criança”, que necessita de um líder com autoridade que a conduza e seja capaz de preservar seu bem mais precioso, sua originalidade, disciplinando seu povo para se manter sempre fiel e fechando às influências externas, cânceres que devem ser extirpados para o bom funcionamento da sociedade brasileira.

Assim como o contexto histórico dos anos 20 tinha suas peculiaridades, a década de 1930 contribuía para o fortalecimento e centralização dos governos em torno de ondas nacionalistas. Na Europa, fascismo e nazismo ganhavam cada vez mais força, agrupando-se em regimes totalitários, e a União Soviética crescia no cenário mundial na tentativa de espalhar a outros países a revolução socialista que havia promovido em 1917. Ideologias de extrema direita e extrema esquerda se combatiam, e o mundo experimentava os tensos anos pré Segunda Guerra.

No Brasil, a batalha ideológica também era travada entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização criada em 1932 por Plínio Salgado, que tinha cunho fascista, e o PCB, fundado dez anos antes, e que estreitava os laços com a Rússia Stalinista. Este último ganhara um reforço de peso: Luís Carlos Prestes, ex-tenentista que tinha em seu currículo a liderança da famigerada “Coluna Prestes”, o que lhe rendeu a alcunha de “cavaleiro da esperança”, além de vários agentes soviéticos, entre os quais, Olga Benário, que se tornaria sua esposa.

Estes últimos, na tentativa de derrubar o governo Vargas e implantar no país uma República Comunista, organizaram um movimento que fracassou, ficando conhecido pejorativamente como *Intentona Comunista*, pois desde o lançamento da “insurreição, deu tudo errado. Por informações falsas ou por precipitação, o levante foi desfechado em Natal em 23 de novembro e só dias depois no Recife e Rio de Janeiro” (Fausto: 2006, 74). Ainda segundo Boris Fausto, uma das maiores referências acerca da “era Vargas”,

a revolta de novembro de 1935 não foi, a rigor, uma revolução, e sim uma intentona, embora a designação seja tradicionalmente considerada aviltante por setores da esquerda (...) mas que etimologicamente significa ‘intento louco, plano insensato’ o que bem corresponde ao episódio (idem: 75)

Getúlio Vargas foi duplamente beneficiado pelo insucesso do levante, pois além de ter desmantelado o comunismo no Brasil, prendendo seus principais líderes, teve o caminho pavimentado e a legitimidade necessária para uma brutal centralização do poder, usando como discurso o combate à ideologia comunista. A partir de então, multiplicaram-se absurdamente as propagandas anticomunistas, disseminadas

pelos rádios e pela imprensa escrita, tendo como principal discurso a idéia de que esta seria uma idéia forasteira sem razão de existir em terras brasileiras.

Segundo Cassiano Ricardo, em *Brasil no original*:

Não temos o problema dos desocupados, da falta de terra, da violenta diferença de classes, do ódio de raças ou de religiões, da excessiva diferença de cultura e de riqueza. Ao contrário: precisamos de milhares de braços; temos uma extensão territorial devoluta, rica e deserta; **não se sedimentaram ainda nossas classes, pois o operário de hoje é o patrão de amanhã**; [...] Diante de tal realidade só cabe uma conclusão: **O Brasil não possui um só dos fatores que determinam a presença do comunismo** [grifo meu]. (Ricardo, 1937: 217).

Em outro trecho, também escreveu:

O ódio é, portanto, a grande arma de que se servem esses regimens deshumanos [comunismo e fascismo]. **Explora-se a desigualdade, que é uma condição imposta pela própria vida, como sendo produto de injustiças sociais**. Passam os homens a ser os culpados de desigualdades que a própria vida lhes impôs. [...] A mística do fascismo e a animalidade do comunismo são duas fontes inexauríveis de ódio. (Idem: 254). [grifo meu].

Neste momento percebemos um engajamento maior de antigos intelectuais modernistas, que possuíam tendências políticas mais próximas à “direita”, como Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. Estes, juntamente Raul Bopp, Cândido Mota Filho, Paulo Prado, Paulo Setúbal, Affonso Taunay, entre outros, organizam em São Paulo, em 1936, o *Movimento Bandeira*, que tinha como objetivo a:

Organização do pensamento original do paiz – A) para a defesa das fronteiras espirituais da nacionalidade; B) para o pacífico reajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociais e políticos para os quae evolue o mundo moderno. Dos seus objetivos collateraes constam: o combate educacional aos extremismos, tanto de esquerda como de direita e, sobretudo, a difusão de ensinamentos nossos, inteiramente nacionalistas, sem cópia ou arremedo de coisas estrangeiras² [grifo meu].

Cassiano Ricardo ainda argumenta que:

O principio fundamental da “Bandeira” é a idéia de Pátria Forte, una e eterna, sobreexercendo aos cidadãos que a compõe. Para assegurar esse principio, a idéia da Pátria lhe terá força de uma religião. A “Bandeira” combaterá, por todas as formas, a utopia absurda e destruidora do internacionalismo (Ricardo, 1937: 215).

O movimento, no entanto, tinha objetivos bem específicos, faziam parte de um corpo de intelectuais alinhados com o projeto centralizador de Vargas e defensores de uma política autoritária para o país. O que acabou se tornando *Estado Novo* estava sendo gestado, e não eram esses os únicos a apoiar um regime deste estilo, havia toda uma variedade de intelectuais que compactuavam tais idéias, apesar das muitas divergências existentes no “bloco autoritário”. Nosso foco está centrado em Cassiano Ricardo, mas não podemos deixar de citar nomes como Oliveira Viana, um dos intelectuais mais influentes do período, também crítico ao sistema liberal, mas que via a miscigenação não como um fator positivo, como Cassiano e Gilberto Freyre, e sim como de enfraquecimento do povo brasileiro; Alberto Torres, que sustentava que o Brasil ainda não fora organizado como “nação”, sendo para ele o único caminho um governo forte (Moreira, 2001), também diferenciando do intelectual *verde-amarelo*, por este afirmar que os bandeirantes e as bandeiras já teriam forjado o Estado do Brasil, e mostrado o “caminho das pedras” para se encontrar nossa fórmula de governo ideal, demarcando inexoravelmente seu lugar entre os pensadores autoritários do período. Poderíamos ainda citar vários outros nomes, como o integralista Plínio Salgado; Francisco Campos, redator da Constituição de 1937; Lourival Fontes, chefe do DIP; Múcio Leão, membro influente do governo e diretor da revista *Cultura Política*, entre outros cuja contribuição foi de grande importância para o estabelecimento e legitimação do regime estadonovista.

Assim, neste conturbado contexto histórico, político e social que antecedeu a instalação do *novo Estado*, o *Bandeira* diagnosticava que o Brasil, visto como um organismo jovem e sadio corria risco de séria infecção com as ideologias estrangeiras – comunismo, liberalismo e fascismo – que ameaçavam tornar o país um arremedo de governos alienígenas, desintegrando o que possuíamos de mais original, o *tesouro da brasilidade*, colocando-se como verdadeiro guardião desta. Segundo Cassiano Ricardo:

A luta entre o sentimento da terra e as idéias que não são da terra tomou caráter agudo e decisivo. Aí estão as doutrinas que se hospedam em nossa casa, contra a nossa vontade. O mundo tem fronteiras e os lares não tem porta. As portas, por sua vez, deixaram de ter chaves. As ideologias sinistras formam a ronda silenciosa e terrível que invade por mil formas e através de mil feições o nosso tesouro de originalidade e de vida. Não apenas no Brasil como no mundo da revolução operada pela técnica determinou uma violenta e descêntrica atividade nacionalista, crítica, dispersiva e senão anárquica. As seduções do demagogismo fomentam a rebelião espiritual das massas, fáceis presas de utopias desarraigando nelas o sentimento da nacionalidade (Ricardo: 1937, pp 201-202).

Com o argumento de ser a população frágil e facilmente iludida pelas ideologias forasteiras, o grupo defende também a intervenção e censura dos meios de comunicação, porque estes seriam utilizados pelos que propagariam tais idéias, pois se antes era um seletivo grupo que tinha acesso a tais informações, agora “infecção política” atingira proporções desastrosas, por causa da ampliação da “população letrada”. Portanto, seria de extrema importância proteger nossas fronteiras “espirituais” e territoriais. Cassiano Ricardo argumenta que:

² Jornal Correio Joseense – 01/11/1936

Uma pátria não se perde apenas pela mutilação do seu território geográfico. Perde-se principalmente pela mutilação do seu território espiritual. [...] Uma infecção “intelectual”, como se vê, se transforma facilmente em infecção política. Esta infecção política subverte a sociedade em sua estrutura e na sua tradição [...]. (Idem: 205).

Assim, fica explícita a intenção do grupo em interferir na organização do Estado, pois “diagnosticando” o risco que corria a nação, pretendia “organizar” o pensamento original do país, incentivando o nacionalismo e sentimento de pertença à Pátria e combatendo os extremismos importados. Nesta perspectiva, a única forma de governo capaz de proteger o tesouro da originalidade brasileira, evitar o “ódio entre as raças”, manter as fronteiras, e promover as reformas que o país necessitava para alcançar seu destino glorioso, é nada menos que a autoritária. Cassiano argumenta que o Brasil não precisaria buscar no exterior seus modelos políticos, pois já teria seu rumo traçado pela Bandeira, desde o século XVI, que já teria forjado o Estado Brasileiro, baseado no governo forte, na disciplina e na classificação hierárquica dos valores individuais, éticos e sociais (Idem: 212).

A reflexão acerca da influência das Bandeiras na formação social do Brasil será aprofundada em *Marcha para oeste*, onde já no curso de Estado Novo, Cassiano Ricardo procurará elementos que justificassem o governo imposto por Vargas. No entanto, é no ensaio *Brasil no original*, publicado em 1936, que a idéia se cristaliza como um projeto de organização autoritária do país. Neste, Cassiano propõe o que chamou de *Estado Bandeirante*. Este *novo Estado* “considera o sentimento cristão do povo brasileiro, atende ao operariado, estimula o artista, dirige-se às forças armadas, entusiasma o esportista e convida os teóricos e juristas à reflexão” (Velloso, 1983: 91), provendo material e espiritualmente todos os cidadãos.

O mundo do trabalho, aliás, é bastante abordado por Cassiano Ricardo, o que evidencia o quanto o movimento operário sofria pressões e se tornava sinônimo de ilegalidade e desordem. Sintonia e solidariedade foram formas utilizadas por Cassiano para justificar a intervenção do Estado, cujo papel deveria organizar o trabalho através dos sindicatos. Estes não podem, entretanto, funcionar como forças de classe, reivindicando unicamente seus interesses. Ao invés de ser uma organização contra o Estado, perturbando o ritmo coletivo, os sindicatos devem estar dentro dele em perfeita sintonia com as aspirações do todo. (Idem: 95). Cassiano afirma que “o Estado da Bandeira será um todo harmônico e o sindicato funcionará nele como uma peça desse todo, em função de solidariedade dos seus membros e de coesão nacional”. (Ricardo, 1937: 188).

Neste governo, a cultura ocupa ponto estratégico, sendo o canal de difusão e de afirmação da “ideologia nacional” (Velloso, 1983: 98). É através da cultura que se efetivará a união orgânica entre o Estado e os intelectuais para conter as forças sociais, aparando arestas, maquiando os conflitos e construindo uma idéia de nação ordeira e unida. Cassiano Ricardo e o grupo Bandeira assumem esse projeto de Estado, o compromisso (como se fosse possível) de civilizar, elitizar e homogeneizar a cultura brasileira. Sobre este projeto “civilizador”³, podemos traçar um paralelo com o Estado Novo, que congregou uma gama de intelectuais para essa finalidade, visto que uma identidade nacional estava em forja, e esta deveria ser ordeira e pacífica. Neste bojo, um dos grandes expoentes foi o Heitor Villa-lobos, maestro das famosas *paradas* de Vargas e autor de diversos projetos de incentivo a música clássica. Desta forma, tomam para si a tarefa de “educar” a população e suas manifestações. Esta postura etnocentrista, obviamente, ignora as variações socioculturais em defesa de um “todo harmônico”, sendo a cultura popular vista como expressão genuinamente nacional, cabendo ao Estado a função de “modificá-la” e resguardá-la das influências externas (Velloso, 2003: 175).

São os intelectuais, portanto, os “escolhidos” pela natureza para “revelar a originalidade” (Ricardo, 1937: 195), pois somente eles possuem a faculdade de “ver” diretamente a originalidade das coisas, além de proporcionar o milagre da harmonia e solidariedade entre os homens (Idem). Diante disto, Cassiano Ricardo formulará a tese do *poeta soldado*, ou seja, o intelectual engajado nas causas públicas que assume a responsabilidade de utilizar seus “dons” para a “construção da nação”.

O conceito de democracia também sofre “adaptações” pelo grupo Bandeira. Dessa forma, defende-se um modelo de Estado em que o autoritarismo convive em perfeita sintonia com a chamada *democracia social nacionalista*, ou seja, grosso modo, haveria uma democracia onde todas as reformas e decisões fossem tomadas de cima para baixo. A justificativa para tanto se situava na idéia de fragilidade e ingenuidade do povo. A massa deveria, portanto, ser guiada por alguém com autoridade incontestável, por um líder que se antecipasse aos seus problemas, além de que o sistema liberal já mostrara ineficiente. Na tarefa de conduzir a “frágil” população, os intelectuais eram considerados pessoas dotadas de dons especiais, que deveriam atuar como verdadeiros soldados na defesa da nacionalidade e da originalidade (Ricardo, 1937: 192), agindo como mediadores entre o Estado e o restante da população. Ora, se os brasileiros se deixam levar por estas idéias é porque estão carentes de organização e de uma mística que

³ O que se quer neste momento, grosso modo, é “construir”, forjar uma nova cultura, uma nova identidade nacional. Desta forma, se planeja uma em que todas as vozes sejam consonantes e sem conflitos, o espelho do “novo” povo brasileiro. Este processo, de uma maneira mais específica na Europa, foi muito bem trabalhado por Norbert Elias, em *O processo civilizador* (1994).

os reconduza ao seio da nacionalidade, de onde jamais pretendiam se afastar, devendo, assim, restabelecer a união da “grande família” brasileira, argumenta. Segundo Cassiano Ricardo

Para isso, **lutemos por um Estado Bandeirante** que transformará a democracia, de liberal que ela é, numa ampla democracia social e nacionalista. Uma democracia que atenda, antes de mais nada, ao próprio Brasil no original. [...] Fala ao sentimento cristão do nosso povo, porque a formação inicial do país se fez cristãmente e bandeirantemente. Interessa ao operário, porque o bandeirismo foi, antes de mais nada, uma realização nitidamente operária. Estimula o artista, não só pelos motivos humanos que oferece, como também porque é um grito de perpetua renovação, pelo seu ímpeto de abrir caminhos novos, para manter sempre claras as fontes da originalidade brasileira. Dirige-se às forças armadas, pelo seu sentido de bravura, de disciplina e de heroísmo sem par, e mesmo porque a bandeira era um pequenino exercito aguerrido, heróico e disciplinado em função da conquista. Entusiasma o esportista, porque o bandeirismo é uma escola viva de raids (sic) prodigiosos, que até hoje não foram igualados em continente algum. Convida os juristas e teóricos [...] porque lhes mostra que não é preciso copiar fórmulas de enxerto uma vez que a lógica da nossa própria história contém o esquema das normas sociais que criaram uma nacionalidade, uma civilização e pôdem, agora, aperfeiçoal-a e defendel-a. (Ricardo, 1937: 287-288). Para Menotti del Picchia, **a bandeira não é um partido, porque será, amanhã, a própria nação!**⁴. [grifo meu]

Proféticas palavras. Cerca de um ano depois o grupo *Bandeira* e seu projeto autoritário chegarão ao poder, em 10 de novembro de 1937, por meio do golpe que proclamou o Estado Novo, ironicamente, pois anteriormente diziam que para a implantação do Governo Bandeirante não seria necessário nenhum movimento revolucionário, muito menos imposição, pois a “consciência de pátria” estaria presente na alma de cada brasileiro, além de que estes argumentos já constituíam os ideais da própria nação (Velloso, 1983). O ponto alto da campanha anticomunista e a favor da centralização do poder foi em 1937, quando intelectuais e militares elaboraram o “Plano Cohen”. Segundo esse plano, os comunistas estariam preparando um novo golpe, e que com a ajuda da Rússia, transformariam o Brasil num país comunista, trazendo fome, abusos e tirando a liberdade do povo. Vários documentos foram forjados, pessoas foram presas e a imprensa divulgou largamente o fato, causando grande preocupação na população. Pura armação. Em meio a esse clima de incertezas e desencontros, Vargas posicionou o exército em pontos estratégicos da Capital, dissolveu o congresso e proclamou sem resistência o Estado Novo.

Recepção de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras. Jornal A Manhã, 30/12/1943. Fonte: Arquivo Público do Município de São José dos Campos

Logo após a instalação do novo regime, o movimento se desfez e praticamente todos os seus membros foram incorporados em funções públicas. Isto definitivamente não foi coincidência, pois como vimos argumentando, Cassiano Ricardo e os demais integrantes do *verde-amarelo* e do *bandeira* desde a década de 20 defendiam um governo forte, alinhando-se em meados dos anos 30 com a política centralizadora de Getúlio Vargas.

Assim, intelectuais mais afinados com a ideologia do regime foram colocados em postos-chaves. Cassiano Ricardo, por exemplo, se tornará, ao longo dos anos, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (em São Paulo), diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do Jornal estatal carioca *A manhã* (Velloso, 2003), que tinha como principal função destacar as obras do Estado e “louvar” a figura de Vargas.

No dizer de Ângela de Castro Gomes:

A manhã, jornal carioca diário e matutino começa a circular em agosto [de 1941], firmando uma postura francamente doutrinária e assumindo caráter didático na exposição das idéias do presidente e dos feitos do regime. Nada mais compreensível, uma vez que se tratava, desta feita, de um jornal de grande circulação, destinado a um publico muito maior e mais diversificado do que o de uma revista [...] (Gomes, 1996: 16).

Ao analisarmos o *Estado Novo* imposto por Getúlio Vargas, não podemos deixar de notar suas semelhanças com o *Estado Bandeirante* proposto por Cassiano e pelos demais membros do *Bandeira*. Neste sentido, a análise de *O Brasil no original* se faz mais importante, pois sendo o amadurecimento político de *Martim Cererê*, serve como um elo com outra obra de grande repercussão de Cassiano Ricardo, *Marcha para oeste*, publicado em 1940, onde, tendo como referencial a figura do Bandeirante, buscou-se elementos para legitimar o regime estadonovista e suas ações, tanto na política para povoamento do interior do país, o desbravar, bem como mitificar a figura de Getúlio Vargas, representado do grande líder e chefe da nação, o verdadeiro patriarca da família bandeirante. Desta forma, o Estado Novo aparece legitimado como o Estado Bandeirante em curso.

Etimologicamente falando, o nome *Estado Novo* não é por acaso, pois de fato é um discurso ideológico que visava ser um divisor de águas na história brasileira, denotando uma nova ordem, uma nação “em construção”. Desta maneira, também a expressão *Estado Bandeirante* é usada propositalmente, pois é válido ressaltar que Cassiano Ricardo era paulista, mais que isto, o estado de São Paulo, no momento histórico em questão vivia um momento de intensa industrialização e modernização, se explicando em parte a origem da expressão “São Paulo não pode parar” porque que era a “locomotiva da nação”, como

⁴ Frase de Menotti del Picchia em texto do Jornal Correio Joseense, 12/12/1936.

mencionou o brasilianista Joseph Love (1982), e que neste momento a “brasilidade” e a identidade nacional estão sendo pensadas a partir da ótica paulista, visto que de lá saíram os primeiros bandeirantes.

Portanto, é importante sabermos que quando falamos em Cassiano Ricardo, não estamos apenas nos referindo ao poeta da Academia Brasileira de Letras, ou ao *nome* homenageado na biblioteca pública, Fundação Cultural e diversos espaços públicos em São José dos Campos, mas também num dos mais expressivos intelectuais autoritários do início do século XX, um sujeito histórico, um homem de seu tempo, que pensava e agia de acordo com seu contexto social e político.

¹**Alessandro Santana Cunha é graduado em História e pós-graduado em Cultura Brasileira pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)**

FONTES:

PERIÓDICOS

Jornal Correio Joseense – 01/11/1936

Jornal Correio Joseense – 12/12/1936

BIBLIOGRAFIA

FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas*. Coleção Perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas & heróis: Aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Edusp, 2001.

RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2ª Ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (org). *O Brasil Republicano*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Dissertação, Departamento de Filosofia. PUC-Rio, 1983.